

**LEI Nº 2.676, DE 12 DE JANEIRO DE 2001
(AUTORIA DO PROJETO: PODER EXECUTIVO)**

Dispõe sobre a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criada a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico, educacional, sem fins lucrativos, vinculada diretamente à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, obedecidos os princípios da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º A Fundação instituída terá a finalidade de formação de quadros profissionais de nível técnico e superior, de pesquisas e extensão, e de domínio e cultivo do campo do saber da saúde.

Art. 3º A Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde manterá:

- I - cursos regulares formadores para a educação técnica e profissional graduado e pós-graduado das ciências de saúde;
- II- programas de formação pedagógica, para profissionais de nível superior e técnicos dedicados à educação de profissionais de saúde;
- III- programas de educação permanente para os profissionais de saúde em todos os níveis do sistema de saúde;
- IV- programas de pesquisa nas unidades prestadoras de serviços de saúde e de base populacional.

Art. 4º Ficam as Unidades Executivas de Saúde e demais Órgãos da Rede Pública do Distrito Federal incumbidos de apresentar propostas de cursos a serem oferecidos pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde e de base populacional.

Art. 5º A Fundação terá ainda os seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência em seus cursos;
- II- pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- III- valorização do profissional dedicado à educação;
- IV- gestão democrática do ensino, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- V- garantia do padrão de qualidade;
- VI- valorização da experiência extra-escolar;
- VII - vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 6º A Fundação para atendimento de suas finalidades, poderá celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com órgãos da União, Estados e Municípios, com Universidades e estabelecimentos de ensino superior, bem como com outras entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras.

Art. 7º Os recursos humanos necessários ao funcionamento da Fundação serão cedidos pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, até a aprovação de seu Quadro de Pessoal, que será disciplinado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Único - Após trinta dias da criação da Fundação, extinguir-se-á o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde - CEDRHUS, Unidade Orgânica da Secretaria de Saúde, local sede da nova entidade, a qual serão cedidos seus servidores e utilizados os Cargos Comissionados e os bens materiais e patrimoniais existentes, e a Escola Técnica de Saúde de Brasília – ETESB, que se incorporará à estrutura da nova Fundação.

Art. 8º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, promoverá a cessão das instalações necessárias e propiciará as condições materiais para o funcionamento da Fundação.

Art. 9º A presidência da Fundação será exercida pelo Secretário de Saúde do Distrito Federal, na forma dos seus estatutos, que deverão ser aprovados no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando-lhe autonomia administrativa e financeira especialmente:

I- pelo patrimônio próprio, a ser instituído pelo Governo do Distrito Federal;

II- por dotações orçamentárias;

III- por constituição de reserva para implantação do seu desenvolvimento institucional;

IV- pela formação de contratos e convênios com outras instituições;

V- por doações e legados;

VI- por outras receitas.

Art. 10 Na hipótese de extinção da Fundação, criada por tempo indeterminado, todo o seu patrimônio será transferido para o Distrito Federal.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento do Distrito Federal, ficando o Governo do Distrito Federal autorizado a abrir crédito suplementar para atender as despesas iniciais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 2001
113º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ